

O *ETHOS* DO JORNALISTA-ESCRITOR E AS PAIXÕES SUSCITADAS PELO LIVRO-REPORTAGEM

Ariane Carla PEREIRA (Fasul)¹

RESUMO – Esta reflexão-conversa toma como ponto de partida o livro-reportagem (considerado por mim um gênero a parte já que mescla literatura e jornalismo) *Rota 66 – a História da Polícia que Mata*, do jornalista-escritor (assim designado por, ao adentrar as veredas da escrita do livro-reportagem, deixar de ser apenas o primeiro e não passar a ser somente o outro) Caco Barcellos. Este discurso – que por suas características híbridas continua a apresentar conteúdo jornalístico – e seu autor não têm a isenção, a neutralidade e a imparcialidade como pretensão. Porém, ainda assim, obtém de seus leitores credibilidade. Mas, como esse sentimento é despertado? A resposta a essa pergunta, acredito, pode estar na aproximação de um dos pontos fundamentais da Análise do Discurso de linha francesa (AD) – as formações imaginárias – aos estudos aristotélicos sobre a retórica – os conceitos de *ethos* e de *pathos*.

ABSTRACT - This reflection-colloquy takes as starting point the book-news *Route 66 – the history of the Policy that kill*, considered for me a category aside (since mixture Literature and Journalism), of the Brazilian journalist-writer (thus assigned for to surf in the trails of the writing of the book-news, leaving of being only the first one and only not to start to be the other) Caco Barcellos. This speech - that for its hybrid characteristics he continues to present journalistic content - and its author does not have the exemption, the neutrality and the imparcialidade as pretension. However, still thus, he gets of its readers credibility. But, as this feeling is wake up? The reply to this question, I believe, can be in the approach of one of the basic points of the Analysis of the Speech of French line (AD) - the imaginary formations - to the aristotelian studies on the rhetoric - the concepts of *ethos* and *pathos*.

Mesclando jornalismo e literatura, o livro-reportagem não é apenas um nem somente outro; é, sim, um gênero a parte. Da mesma maneira, seu autor não é apenas jornalista nem somente escritor. Assim como sua escrita não se enquadra em apenas um desses dois gêneros discursivos. Porém, acredito que, apesar dessas características híbridas, o conteúdo continua sendo jornalístico e cumprindo a função de informar para, a partir daí, levar a sociedade a querer e a procurar mudanças.

Diferentemente do jornalismo diário, o livro-reportagem não tem a pretensão de ser isento, imparcial, neutro e objetivo. Nesse tipo de discurso, o jornalista-escritor toma partido, posiciona-se. Ou seja, em suas páginas está toda a subjetividade de seu autor. E, apesar disso ou por isso, dependendo do ponto de vista, obtém de seu(s) leitor(es) credibilidade. E, aqui, chego a um ponto fundamental que pretendo desenvolver nessa reflexão-conversa.

A confiança conferida pelo leitor ao discurso do jornalista-escritor é resultado de emoções suscitadas pelo autor, ao escrever, em seu interlocutor. Mas, como esse sentimento é despertado? A resposta a essa pergunta, acredito, pode estar nos estudos aristotélicos sobre a retórica. Nesse sentido, vou analisar o livro-reportagem e, principalmente, o posicionamento do jornalista-escritor ao se dirigir ao leitor a partir de uma retomada dos conceitos de *ethos* e de paixão (*pathos*) do filósofo grego Aristóteles.

Antes de dar início à análise é necessário dialogar teoricamente sobre a questão do estabelecimento do *ethos*. Para isso, minha opção é por começar pelos estudos contemporâneos voltados para a lingüística para, em seguida, falar sobre as idéias aristotélicas.

No Brasil, Fiorin é um dos pesquisadores que, ultimamente, tem incluído o *ethos* em seus estudos sobre a linguagem. Para ele, as pessoas ao se colocarem nas posições de autor e/ou de leitor passam a ser simulacros de autor e de leitor; ou seja, tornam-se imagens construídas pelo discurso. "São esses simulacros que determinam todas as escolhas enunciativas, sejam elas conscientes ou inconscientes, que produzem os discursos" (FIORIN: 2004, p.1).

Relacionar as pesquisas lingüísticas ao estudo do *ethos* é uma opção, já há alguns anos, de/para pesquisadores franceses. Um deles é Maingueneau (2004) para quem o *ethos* revela, através da enunciação, a personalidade do orador. Dessa maneira, ele afirma que a função do *ethos* é legitimar a maneira de dizer do

¹ ariane_carla@uol.com.br

enunciador. Ou seja, "a qualidade desse *ethos* remete, com efeito, à imagem desse fiador² que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir no enunciado" (MAINGUENEAU: 2004, p.99).

O *ethos* como desdobramento contemporâneo da retórica tradicional também foi tema de Barthes. Esse autor, em seus estudos, salientou a característica essencial do *ethos* em qualquer discurso, seja ele oral ou escrito: "são os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se apresentar. [...] O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: eu sou isto, eu não sou aquilo" (BARTHES apud MAINGUENEAU: 2004, p.98).

Porém, essas informações sobre quem é o enunciador contidas no enunciado não são auto-elogios, o que poderia, ao contrário de captar a atenção, levar o ouvinte ao desinteresse. O segredo do orador ao estabelecer seu *ethos* é, segundo Ducrot, atribuir a si mesmo uma imagem favorável que seduza o ouvinte e isso ele consegue com "a fluência, a entoação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos (o fato de escolher ou negligenciar tal argumento pode parecer sintomático de tal qualidade ou de tal defeito" (DUCROT: 1987, p.188-189).

Das citações anteriores podemos recuperar algumas palavras-chave para entender o (que é o) *ethos*: imagem de acordo com Ducrot e Fiorin; caráter segundo Barthes; e personalidade para Maingueneau. Quaisquer dessas três designações podem ser atribuídas como definições de *ethos* que, na concepção aristotélica, é o caráter do orador (não necessariamente real) como um efeito do discurso que o torna digno de fé e, assim, possibilita a persuasão.

O *ethos* foi abordado, por Aristóteles, de duas maneiras distintas: como ética, em *Ética a Nicômaco*, e como caráter, em *Retórica*. E é esse último que é retomado pela Lingüística. Abordar a retórica aristotélica pressupõe tomar como ponto-de-partida o *decoro*, ou seja, as vozes do discurso que são o orador e o auditório; em outras palavras, o *ethos* e o *pathos*.

Assim, como foi exposto acima, o *ethos* – para Aristóteles – é o estabelecimento da imagem (ou do caráter) de quem está falando pelo próprio orador, sem que o auditório perceba, através do discurso. Dessa maneira, ao construir sua imagem o orador tem como objetivo conquistar/captar a benevolência, a boa vontade do auditório. Pois, só assim, é que o *ethos* vai atingir seu objetivo que é funcionar como prova dos argumentos do orador.

O auditório ao aceitar essas provas, ou seja, ao dar credibilidade ao *ethos*, à imagem, ao caráter do orador, estabelece com este um *pathos*. Em outras palavras, o *pathos* é a reação do auditório a partir da fala do orador. Ou ainda, é o efeito que o orador obtém no auditório.

Após o exposto, é possível concluir que o *ethos* é um meio de persuasão. Porém esta só se concretiza em função do *pathos* que determina a forma como o discurso é construído. Ou seja, o auditório só reage – tanto positiva quanto negativamente – a um orador que mexe com as suas paixões. Sentimentos que são determinados pela maneira como o orador manipula as emoções da platéia.

Segundo Aristóteles, "as paixões são todos aqueles sentimentos que, causando mudanças nas pessoas, fazem variar seus julgamentos" (2000, p.5). De maneira simplificada é possível dizer que as paixões medem e exprimem a identidade e a diferença entre os homens. Proximidade e distância que se revelam, no discurso, através de 14 paixões que são descritas por Aristóteles em *Retórica*.

Assim, Aristóteles define a **cólera** como o desejo de vingar-se de um manifesto desprezo que é julgado como não merecido. Ou seja, é um brado contra a diferença imposta, injusta ou assim percebida. Sua causa é a crença de que se sofre injustamente. Dessa maneira, o colérico se volta, sempre, contra um indivíduo em particular. Já a **calma** é a inibição e o apaziguamento da cólera, podendo ser encarada como a melhor expressão da indiferença em uma relação.

O **amor**, na concepção Aristotélica, é o lugar da conjunção, da associação, sendo comparado – então – a amizade. "Seja amar o querer para alguém o que se julga bom, para ele e não para nós, e também o ser capaz de realizá-lo na medida do possível" (ARISTÓTELES: 2000, p.23). Já a causa da inimizade é o **ódio** que não é o mesmo que a cólera. Esta "provém daquilo que nos toca pessoalmente", aquele "surge mesmo sem nenhuma ligação pessoal; de fato, se supomos que uma pessoa tem tal ou tal caráter, nós a odiamos" (ARISTÓTELES: 2000, p.29). A primeira volta-se contra o indivíduo, o segundo contra classes de pessoas.

O **temor** é definido por Aristóteles como um desgosto, uma preocupação que é resultado da suposição de que algo mau/ruim pode acontecer. "São temíveis aquelas coisas que parecem possuir grande capacidade de arruinar, ou de causar danos que levam a grande desgosto" (ARISTÓTELES: 2000, p.31). Dessa maneira, mesmo os indícios são temíveis. Afinal, o perigo está na aproximação do que é temido. O contrário do temor

² É assim que Maingueneau designa o enunciador já que ele mesmo, através da construção de seu discurso, é o responsável pela legitimação do enunciado.

é a **confiança**. Sentimento este que é definido como a esperança "acompanhada da suposição de que os meios de salvação estão próximos" (ARISTÓTELES: 2000, p.35).

"Se sente **vergonha** diante daquelas faltas que parecem vergonhosas, seja para nós mesmos, seja para aqueles com quem nos preocupamos; ora tais são todos os atos que provêm de um vício" (ARISTÓTELES: 2000, p.39), de uma injustiça. Ou seja, a vergonha é resultado de atitudes que podem levar a desonra, a má reputação. Vale ressaltar, seguindo o pensamento aristotélico, que a vergonha se estabelece por se ter consideração por alguém. Já a indiferença pelo outro e/ou pelos mesmos motivos que levam à vergonha são características da **imprudência**.

Um outro tipo de paixão é o **favor**. Ou seja, "o serviço pelo qual, diz-se, aquele que possui concede ao que tem necessidade, não em troca de alguma coisa, nem com o fim de obter alguma vantagem pessoal, mas no interesse do favorecido" (ARISTÓTELES: 2000, P.51).

Compaixão e indignação são dois sentimentos que se contrapõem. Afinal, o primeiro é um "pesar por um mal que se mostra destrutivo ou penoso, e atinge quem não o merece" (ARISTÓTELES: 2000, p.53). Essa paixão só é despertada pelo fato de se acreditar que existem pessoas honestas. Afinal, só quem tem esse tipo de caráter é digno de compaixão. Já a indignação é "o pesar pelos sucessos imerecidos" porque "é injusto o que acontece contrariamente ao mérito" (ARISTÓTELES: 2000, p. 63).

As três últimas paixões descritas por Aristóteles são a **inveja** que tem origem no desejo de se possuir algo acreditando que isso pode aumentar a superioridade ou diminuir a inferioridade em relação a alguém; a **emulação** que é o julgar-se digno de bens que não se possui, sendo possível adquiri-los; e o **desprezo** que é o contrário da emulação.

Após percorrer essa trilha teórica, chega o momento da aventura da análise. Caminhos que se cruzam, nessa conversa, no livro-reportagem *Rota 66 – a história da polícia que mata*, do jornalista-escritor Caco Barcellos. O primeiro passo, julgo, na estrada da "aventura-análise" é situar a obra.

Sete anos de pesquisa e de investigação jornalísticas resultaram nas 350 páginas de *Rota 66*. O livro-reportagem, dividido em três partes e em 23 capítulos, é escrito em forma de romance. Porém, sua forma não esconde sua função jornalística: informar e denunciar a morte de civis por policiais militares.

A leitura das primeiras 1.725 edições do NP³ resultaram na descoberta de 274 pessoas mortas em supostos tiroteios pela cidade de 70 a 75. É um número impressionante, mesmo se comparado com a matança de grupos de extermínio. Significa mais que o dobro das vítimas do temível Esquadrão da Morte de São Paulo, por exemplo, formado por policiais civis, atuante no começo dessa mesma década de 70. Supera também o número de baixas de um período negro da repressão política no país, nas décadas de 60 e 70. Os agentes do Exército e da Polícia Civil, envolvidos no combate de ativistas políticos, são acusados pela execução de 269 pessoas – 144 oficialmente mortos, 125 desaparecidos. O saldo da matança da PM, somente até 1975, já é maior, portanto, que o número de mortos e desaparecidos políticos durante todo o período de 21 anos de ditadura militar. (BARCELLOS: 2003, p.89)

O ponto-de-partida da obra é um fato, uma notícia que ganhou as páginas dos jornais em 1975. "A Veraneio cinza nunca esteve tão perto. A 200, 300 metros, 15 segundos: a sirene parece o ruído de um monstro enfurecido. [...] Os motoristas, assustados, abrem caminho com dificuldade" (BARCELLOS: 2003, p.15). Assim, a narrativa tem início com a perseguição – seguida pela morte – de três rapazes da classe média-alta de São Paulo por policiais militares de uma das unidades da Ronda Extensiva Tobias de Aguiar, a Rota 66.

Os policiais da Rota metralham o motor, o vidro traseiro, que se estilhaça. Atingem em cheio a cabeça de Augusto Junqueira. O impacto da rajada lança o corpo do amigo para a frente. Num mesmo movimento, ele bate contra o banco de Noronha, depois vai se inclinando à esquerda até o rosto encostar no vidro lateral, que fica manchado de muito sangue. (BARCELLOS: 2003, p.60)

Um tiro atravessa o braço direito erguido para proteção do rosto. O outro tiro fratura a perna esquerda. Dois disparos atingem o peito, ferimentos fatais no lado do coração. Pancho cai de bruços. Agora está sendo metralhado pelas costas. Um tiro penetra na sola do pé. O corpo ainda se mexe. Pontaria na nuca, em seguida mais um disparo fatal: Pancho, o forte, não se movimenta mais.

[...]

³ O jornal diário Notícias Populares.

Francisco Noronha, caído no chão, apenas respira, enquanto os PMs avançam em sua direção, atirando contra o seu corpo. A perna esquerda é atingida por quatro tiros de metralhadora. Os braços e o tronco também são perfurados. [...] Mesmo baleado nove vezes, Francisco Noronha ainda respira. Um dos PMs chega bem perto. Dispara dois tiros. Um ao lado da boca. O outro, disparado a 1 metro de distância, atinge o peito, em cima do coração. (BARCELLOS: 2003, p.64)

Esse caso – que ficou conhecido por Rota 66 e, por isso, o nome do livro – é apenas o primeiro a ser descrito por Caco Barcellos. A ele, o jornalista-escritor soma lembranças da infância em um bairro da periferia de Porto Alegre – "Chegou a minha hora de correr desta maldita Radiopatrulha. Sou um menino tímido, bem-comportado, nada fiz de errado mas sei que devo fugir" (BARCELLOS: 2003, p.25) – e fatos que presenciou e/ou registrou durante o exercício da profissão – "depois de 73, eu já não sofria como antes. Tornei-me testemunha dos sofrimentos dos outros. Já era repórter" (BARCELLOS: 2003, p.31).

E foi para contar o "sofrimento dos outros" e denunciar os responsáveis por esse sofrimento que foram necessários sete anos de apuração, pesquisa e investigação. Trabalho que possibilitou ao autor descrever em *Rota 66*, além do caso Rota 66, outros 42 casos de pessoas mortas – executadas ou fuziladas nas palavras de Barcellos – por membros da Polícia Militar de São Paulo. Afirmar isto é o mesmo que dizer que a cada oito páginas do livro-reportagem o jornalista-escritor insere um novo exemplo de morte. Um deles é o de José Luís de Assis, de 18 anos, morto em 1974 quando passeava de carro com três amigos:

Martínez⁴ desconfiou deles. Houve perseguição. Era uma noite em que chovia intensamente. Durante a fuga, o Dodge derrapou no asfalto molhado, subiu na calçada e parou contra um poste. Na hora do acidente, três rapazes fugiram a pé. José Luís teria resistido à ordem de prisão e usado a porta do carro como escudo durante a troca de tiros com a polícia. De acordo com a versão oficial, Martínez escapou da morte por milagre. As carteiras de habilitação e de identidade estavam no bolso esquerdo da camisa e barraram a estrada dos projéteis em seu coração. Apesar da história parecer inverossímil, a ação do sargento foi considerada exemplar pelos comandantes da PM. (BARCELLOS: 2003, p.195)

Conteúdo informativo, denúncias, comentários e narrativas em primeira pessoa que renderam a Caco Barcellos, em 1994 – menos de um ano após a publicação do livro-reportagem –, seu primeiro prêmio Jabuti na categoria não-ficção⁵ e a venda de muitos exemplares – *Rota 66* já está na 34ª quarta edição, sendo as 33 primeiras pela editora Globo e a última, lançada em 2003, pela editora Record.

Após esse rápido vôo panorâmico sobre *Rota 66*, nossa reflexão-conversa vai se concentrar, especificamente, nos capítulos e trechos que são escritos em primeira pessoa. Faço essa opção por acreditar que, ao eleger essa escrita marcadamente subjetiva, Caco Barcellos deixa indícios em seu discurso de que paixões o movem e procura, ao mesmo tempo, suscitar-las em seu leitor. Em outras palavras, ao se assumir como eu-enunciador, o jornalista-escritor está construindo junto ao leitor sua imagem; firmando junto a este um caráter digno de fé; ou seja, estabelecendo seu *ethos*.

No livro-reportagem em questão, a personalidade do jornalista-escritor Caco Barcellos é formada a partir de três paixões: confiança, compaixão e indignação. Sendo o despertar no leitor das duas últimas indispensável para a captação da benevolência, da boa vontade do auditório. Possibilitando, assim, o estabelecimento efetivo do *ethos* e, também, criando condições para a realização da primeira paixão citada.

Indignação e compaixão, segundo Aristóteles, são dois sentimentos que se contrapõem. Em *Rota 66* essa afirmação não apenas é verdadeira como pode ser ampliada: indignação e compaixão são sentimentos que se contrapõem e a existência de um pressupõe – e justifica – a existência do outro.

Ou seja, no livro-reportagem analisado, o jornalista-escritor sente compaixão pelas pessoas (e também por suas famílias) que são mortas sem justificativa pela polícia – "pesar por um mal que se mostra destrutivo ou penoso, e atinge quem não o merece" (ARISTÓTELES: 2003, p.53). Aqui, vale ressaltar que, para o autor, a morte não é justificada nem para os criminosos e, muito menos, para os trabalhadores que nunca cometeram crimes.

⁴ Roberto Lopes Martínez, cabo da PM. Em 1975, um dos policiais envolvidos no caso Rota 66. Absolvido, foi promovido a sargento e passou a comandar uma equipe da Rota. Segundo Barcellos, Martínez "é o campeão dos matadores da Polícia Militar" tendo matado "no mínimo, 45 pessoas"(2003, p.187).

⁵ Caco Barcellos recebeu seu segundo prêmio Jabuti, nessa mesma categoria, em 2004 por um outro livro-reportagem: *Abusado – o dono do Morro Dona Marta*.

Ao começar a fazer este livro, meu objetivo era denunciar a **ação dos matadores oficiais** contra civis envolvidos em crimes na cidade. O balanço final do meu trabalho, em junho de 92, acabou surpreendendo a mim mesmo. **Os criminosos não representam a maioria entre as pessoas mortas pelos policiais militares.** O resultado da minha investigação, que abrange o período de 22 anos de ação dos matadores, mostra **que a maior parte dos civis mortos pela PM de São Paulo é constituída pelo cidadão comum que nunca praticou um crime: o inocente.**

O resultado do confronto do nosso Banco de Dados com os arquivos da Justiça Civil revela que **65 por cento das vítimas da PM eram inocentes.** [...] **de cada dez pessoas mortas pelos policiais militares, menos de quatro tiveram participação em algum crime. Mais de seis tinham o passado limpo.** Suas fichas nos foram devolvidas com um carimbo de duas palavras: *nada consta.*

[...] **Identificamos 2.027 inocentes assassinados pelos matadores da PM.** (BARCELLOS: 2003: p.327-328, *grifo do autor, grifos meus*)

As palavras e os trechos destacados permitem uma melhor percepção de como essa compaixão se manifesta no autor e como as mesmas informações que despertaram nele esse sentimento são usadas para suscitar no leitor o pesar pelos danos que atingiram quem não merecia. Afinal, dificilmente alguém pode permanecer insensível ao saber que 2.027 pessoas que nunca se envolveram em crimes, cidadãos comuns, trabalhadores e estudantes, inocentes, morreram a partir de tiros disparados por policiais.

Da mesma maneira, provavelmente, os PMs passam a ser percebidos pelo leitor, assim como são vistos por Barcellos, como matadores oficiais. Assim, é possível afirmar que a indignação do jornalista-escritor – "pesar pelos sucessos imerecidos" (ARISTÓTELES: 2003, p.63) – volta-se contra os policiais que são pagos com dinheiro da população para defendê-la e, na realidade, são matadores institucionalizados dessa mesma população. "Integrantes de um *esquadrão da morte oficial*" (BARCELLOS: 2003, p.154, grifo do autor) que "agem espontaneamente, sem nenhum critério prévio. Escolhem suas vítimas a partir de uma simples desconfiança" (p.96).

Desconfiança essa que aumenta quando os cidadãos apresentam algumas características: "Jovem, pobre, negro ou pardo. Nossas primeiras observações no Instituto Médico Legal nos ajudaram a conhecer um pouco do perfil das vítimas" (BARCELLOS: 2003, p.142). Pessoas semelhantes aos amigos do garoto Caco Barcellos e, também, parecidas com ele a não ser pela cor da pele.

E são suas memórias da infância que despertaram, em primeiro lugar, a indignação em relação à polícia e a compaixão pelas pessoas que, sem merecer, são perseguidas por ela. "O delegado considera todo mundo suspeito. Ao prender alguém, sempre aplica o inverso da lei. Em vez de provar a culpa do suspeito, costuma exigir que o detido prove sua inocência" (BARCELLOS: 2003, p.26).

Para o autor, todos do bairro – inclusive ele e os amigos – são considerados suspeitos pelos policiais porque são pobres: "esses homens da polícia nos vêem como inimigos" (p.26). E, por isso, merecem um tratamento diferenciado que não respeita nem as leis, nem os direitos dos cidadãos independentemente de sua cor e/ou classe social: "o espancamento na delegacia" (p.28).

Porém, apenas estabelecer seu *ethos* e captar a benevolência do leitor com base em lembranças de sua história logo no segundo capítulo do livro-reportagem não é suficiente. Esse caráter precisa ser reafirmado freqüentemente para, assim, manter a boa vontade do auditório na continuação da leitura (afinal, são 350 páginas).

Dessa maneira, seu discurso vai procurar demonstrar que as injustiças policiais presenciadas quando ainda era criança fizeram com que enxergasse alguns fatos de maneira diferente de muitos de seus colegas de profissão desde quando começou a trabalhar como repórter. E por isso, por ser diferente, ele é digno de fé e seus escritos merecem confiança por parte do leitor.

Assim, o jornalista-escritor apresenta seu ponto-de-vista como provocador de conflitos junto a seus pares, um deles relatado em *Rota 66*. Um assalto a uma farmácia de Porto Alegre terminou com a morte de um major da PM – Antônio Pompílio Fonseca. Fato que revoltou os outros policiais e provocou uma operação que seguia "métodos iguais aos dos tempos recentes da repressão política" (BARCELLOS: 2003, p.50):

Durante a semana fui testemunha de cenas de injustiça, abuso de poder, covardia. Minha reação me trouxe problemas de todos os lados. Um deles foi com o próprio fotógrafo, um profissional experiente em cobertura policial.

_ Os soldados estão invadindo o barraco aos pontapés e tu não estás fotografando. Por que não?

- _ Porque não é importante. Cuide do seu trabalho que eu cuido do meu, tá legal?
- _ Como não. Deixaste de registrar uma invasão a domicílio. Isto é crime.
- _ Crime foi o assassinato do major.
- _ Se um dia fizerem isso na tua casa, vais gostar também?
- _ Casa não é barraco. Isso aqui é esconderijo de bandido, vale tudo. (BARCELLOS: 2003, p.51)

Ter uma perspectiva diferente à de outros repórteres policiais também geraram um segundo tipo de conflito: com as famílias das vítimas da PM. "Rebelião, tiroteio, terremoto, guerra. [...] Temo pela vida em todos esses momentos. Mas nada se compara ao medo que eu sinto quando vou fazer a cobertura do velório de uma pessoa morta pela Polícia Militar" (BARCELLOS: 2003: p.48). Temor justificado por ele com o relato de uma represália que sofreu durante o velório do menino Rubens Martins, de 12 anos:

A peixeira está a 50 centímetros dos olhos, duas outras facas espetam minhas costas. À frente, o irmão do menor fuzilado, armado de porrete, ameaça me bater. Estou cercado por mais de cinquenta homens, mulheres, crianças, moradores da favela do Buraco Quente. Estão revoltados pela morte do menino Rubens Martins, de 12 anos, assassinado pela Rota. Dizem que eu também sou culpado. Na verdade, a revolta é contra a imprensa, considerada inimiga. Reconheço que eles em parte têm razão. Sou o primeiro jornalista a chegar na favela, já com quinze horas de atraso. Mesmo sem nenhum levantamento no local, a notícia já foi divulgada, de uma forma parcial. Sobretudo os programas policiais de rádio só destacaram a versão oficial, neste caso, a mentira dos policiais. (BARCELLOS: 2003, p.48)

"Tive que argumentar durante horas para evitar a agressão" (BARCELLOS: 2003: p.49). Os argumentos apresentados por Caco Barcellos, que convenceram a família e os amigos de Rubens Martins de que é um jornalista policial diferente dos outros, são os mesmos usados por ele para persuadir também o leitor nas 350 páginas do livro. Ou seja, o desentendimento foi contornado por ele quando conseguiu conquistar a confiança dessas pessoas. E se foi considerado digno por quem estava envolvido no problema, também o deve ser pelo leitor. Assim, ele mantém seu *ethos* ao incorporar, às situações verídicas, informações que confirmam, mesmo que no nível do sub-entendido, suas afirmações.

Ao reafirmar seu caráter, Barcellos pode seguir dizendo que essas situações acontecem porque "o modelo de jornalismo polêmico, adotado por radialistas como Afanázio⁶, tem ajudado a criar, [...], uma imagem negativa do repórter na periferia da cidade" (BARCELLOS: 2003, p.49). Por isso, na opinião do autor, o trabalho dele e dos jornalistas em geral "é confundido com o de policiais. Pior: somos vistos como inimigos, agentes de um poder que incentiva a polícia a matar pobres suspeitos de serem criminosos" (p.49). Porém, como o jornalista-escritor já "demonstrou" ser diferente – e diferente aqui significa estar do lado da maioria, ou seja, de quem morre vítima de uma polícia de extermínio – é possível que ele dê prosseguimento a sua história contando com a credibilidade do leitor.

A confusão entre os policiais e a imprensa que é responsável pelo conflito com as famílias das vítimas da Polícia Militar, segundo o jornalista-escritor, não é feita exclusivamente por elas. A própria PM, na perspectiva de Caco Barcellos, também incorpora essa visão. Isso porque os policiais estavam "habituaados a lidar com jornalistas que limitam seu trabalho a reproduzir a versão oficial como verdade absoluta" (BARCELLOS: 2003, p.49).

Mas, se o *ethos* que o autor de *Rota 66* vem estabelecendo desde o início é verdadeiro, aqui, mais uma vez, ele tem que demonstrar, para o leitor, que não é como a maioria. Ou seja, que não se contenta com as respostas simplistas e, por isso, instiga os policiais a fazerem declarações que expliquem as ações violentas e as mortes de civis. Para isso, o jornalista-escritor recorre, mais uma vez, ao caso da morte do major Antônio Pompílio Fonseca e as conseqüentes represálias da polícia à população:

- _ O senhor não poderia evitar tanta violência, sargento?
- _ Eles são os violentos. Eles mataram o nosso colega...
- _ Mas vocês já invadiram todos os barracos dessa rua. Impossível todo mundo ser culpado...
- _ Problema deles. Nada a declarar sobre o tema.
- _ O senhor tem mandado judicial pra invadir residência?
- _ Nada a declarar. Mais alguma pergunta?

⁶ Afanázio Jazadji, radialista que tem um programa policial líder em audiência na década de 80. Nessa época, ele era ouvido, diariamente, por mais de 2 milhões de pessoas.

- _ Se o bairro fosse rico, também invadiriam casas?
- _ Nada a declarar no momento, positivo?

Esse trecho usado como exemplo por Caco Barcellos não apenas evidencia que o jornalista-escritor não se contenta com a resposta padrão da Polícia Militar "nada a declarar" e sua variação "sem declarações", como também marca a opção do jornalista por tomar partido, o da maioria de pobres do país que sofre, indo contra alguns dos princípios básicos do jornalismo – como o apartidarismo, a objetividade, a neutralidade e a isenção. Ou seja, seu caráter diferente dos outros jornalistas; sua personalidade de quem está preocupado em "mostrar a verdade, doa a quem doer"; seu *ethos* de quem procura denunciar e, assim, mudar a sociedade – mesmo que, para isso, seja necessário agir sozinho e, também, sofrer injustiças como a demissão que seguiu a publicação da matéria que retratou as "cenas de injustiça, abuso de poder, covardia" (BARCELLOS: 2003, p.50) dos policiais em represália a morte do major Antônio Pompílio de Fonseca.

- _ O comandante manda perguntar se tu já leste os jornais hoje, repórter.
 - _ O senhor viu que a declaração do comandante saiu na íntegra, sem cortes?⁷
 - _ Tu leste alguma notícia de tortura nos outros jornais, repórter?
 - _ De fato, não. E o comandante leu sobre a tortura? Ele vai tomar alguma providência?
- Ele vira-se de frente, dedo em riste para o teto, ameaçador.
- _ Esta notícia denigre a imagem da Brigada Militar. Tu és o culpado, repórter.
 - _ Eu não torturo ninguém, tenente. Seus comandados é que torturam.
 - _ Tu vais pagar por isso. O comandante está envergonhado...
 - _ Se tortura é motivo de vergonha, tenente, a solução é muito simples: basta não torturar.
 - _ Estás demitido. Por favor, nunca mais apareça neste quartel.
 - _ Até amanhã, tenente!
 - _ Até nunca!

Achei estranho o tenente falar em demissão. Mas, ao voltar à redação, descobri que ele estava bem informado. [...] Três anos depois de virar repórter, eu estava de volta à antiga profissão. Sou novamente motorista de táxi. Ou melhor: Repórter provisoriamente na praça. (BARCELLOS: 2003, p.53-54)

Nesse momento, a conversa poderia tomar um caminho que nos levasse a colocar um ponto final. Porém, acredito que, podemos seguir adiante e, assim, deixar alguns pontos mais para reflexão. Após o estudo do *ethos* e sua aplicação, julgo que podemos pensar novamente à Retórica aristotélica com um objetivo: aproximá-la de um dos pontos fundamentais da Análise do Discurso de linha francesa (AD), as formações imaginárias (FI).

Afinal, segundo Aristóteles, o *ethos* (ou o caráter do orador) é estabelecido em função do *pathos* (ou do auditório), das paixões (das reações) que se quer despertar. Da mesma maneira que o *ethos* pode ser construído, não sendo propriamente o caráter do orador, as formações imaginárias não são os sujeitos físicos, mas as imagens que o locutor e o interlocutor formam de si, do outro e, também, do que estão falando (PÊCHEUX: 2001, p.82). "São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições do sujeito no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição" (ORLANDI: 2003, p.40).

As formações imaginárias podem ser evidenciadas, de acordo com a proposta de Pêcheux, a partir de quatro questões – duas referentes às imagens de A (o sujeito produtor do discurso) e duas referentes as imagens de B (o sujeito receptor desse mesmo discurso):

- IA(A) (imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A): "Quem sou eu para lhe falar assim?"
- IA(B) (imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A): "Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
- IB(B) (imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B): "Quem sou eu para que ele me fale assim?"
- IB(A) (imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B): "Quem é ele para que me fale assim?" (PÊCHEUX: 2001, p.83).

Assim, os lugares sociais ocupados pelo sujeito produtor do discurso e pelo sujeito receptor desse mesmo discurso são constitutivos do dizer. Este conceito de formação imaginária foi desenvolvido por

⁷ "Sem declarações" (BARCELLOS: 2003, p.52)

Michel Pêcheux a partir do conceito laciano de imaginário. Dessa maneira, as formações imaginárias sempre são resultados, também, de processos discursivos anteriores e, assim, se manifestam, discursivamente, através das relações de força, de sentido e da antecipação.

Esse último mecanismo trata da capacidade do locutor se colocar no lugar do outro para, assim, poder dizer "de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte" (ORLANDI, 2003, p.39). Ou seja, o sujeito recorre à antecipação para estabelecer suas estratégias discursivas. Dessa maneira, se antecipar significa, segundo Pêcheux, dirigir o processo argumentativo:

A antecipação de B por A depende da 'distância' que A supõe entre A e B: encontram-se assim formalmente diferenciados os discursos em que se trata para o orador de *transformar o ouvinte* (tentativa de persuasão, por exemplo) e aqueles em que o *orador e seu ouvinte se identificam* (fenômeno de cumplicidade cultural, 'pisar de olhos' manifestando acordo etc.) (PÊCHEUX: 2001, p.85, grifos do autor).

Para a AD, o lugar de onde fala o sujeito é constitutivo de seu dizer. Assim, essas posições determinam as relações de força de um discurso. "Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na 'comunicação'" (ORLANDI: 2003, p.40). Já a relação de sentidos pressupõe que um discurso sempre aponta para outros – já-ditos ou ainda por dizer. Nas palavras de Orlandi, "um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis" (2003, p.39).

Assim, segundo a AD, todo discurso é um jogo de imagens: dos dizeres com os ditos que os sustentam; dos sujeitos com os lugares por eles ocupados na sociedade; e dos sujeitos (dos discursos) com eles mesmos. Imagens essas que também fazem parte da natureza do discurso aristotélico. Afinal, o orador torna-se digno de fé através de imagens construídas pelo discurso e no discurso.

Dessa maneira, Caco Barcellos ao sentir indignação em relação aos policiais-matadores e compaixão pelos cidadãos mortos por PMs sem motivo ou explicação (pessoas que como ele, em um momento de sua vida, sofrem/sofreram injustiças) forma algumas imagens: dele como jornalista que está do lado da maioria e que, por ter feito parte dela e também pela profissão, segundo sua perspectiva, tem por obrigação denunciar as injustiças praticadas em uma sociedade; das famílias das vítimas e dos poucos sobreviventes – suas fontes – que esperam denúncias partindo dele; da Polícia Militar e de seus policiais que confiam na impunidade e, por isso, continuam matando indiscriminadamente e, assim, é seu dever denunciar e acabar com essa arbitrariedade. O trecho a seguir é revelador dessas formações imaginárias:

O Banco de Dados⁸ [...] também serviu para conhecermos a quantidade de vítimas e a confirmação de antigas suspeitas. Constatamos, por exemplo, que no mínimo 1.300 pessoas sem identificação foram mortas pela PM desde sua criação. Isso significa que quase a metade das vítimas da Polícia Militar em duas décadas, cujas mortes foram divulgadas, estava estranhamente sem documentos na hora do tiroteio. São os chamados mortos desconhecidos. Era a confirmação de um fato que não se constituía exatamente em novidade para mim, nem aos moradores da periferia de São Paulo.

– Eles atiram primeiro. Perguntam depois – é o que mais se ouve na periferia quando alguém pretende definir o tipo de ação dos matadores da PM. Além de confirmar a triste fama, o grande número de desconhecidos tem um significado mais grave. Mostra no mínimo uma grande contradição. É a prova de que os matadores escolhem grande parte de seus inimigos sem nada saber sobre suas vidas. O contraditório é que, depois de matá-los, afirmam nos inquéritos que os mortos eram conhecidos criminosos. (BARCELLOS: 2003, p.155)

O jornalista-escritor de *Rota 66* forma ainda uma outra imagem. A de seus interlocutores-leitores, que por fazerem parte da sociedade onde são cometidas essas injustiças, esperam – assim como as famílias das vítimas e os sobreviventes dos "tiroteios com a polícia" – que elas sejam denunciadas. E, nesse caso, ninguém melhor para fazê-lo do que ele, um "jornalista diferente".

Diferença marcada por seu *ethos*, ou caráter, ou personalidade, de quem – talvez por ter sofrido e visto de perto injustiças parecidas – tem coragem para denunciar. Porém, se as denúncias são movidas pela

⁸ Idealizado e feito por Caco Barcellos para quantificar o número de pessoas mortas por PMs, quem eram elas, quem foram os policiais matadores dessas pessoas, entre os PMs quem matava mais, em quais circunstâncias. Esse Banco de Dados deu origem ao livro *Rota 66*.

compaixão e pela indignação, a coragem para fazê-las vem de uma terceira paixão, a confiança⁹. Ou seja, o dinamismo de Barcellos é a crença, a esperança de que "os meios de salvação estão próximos" (ARISTÓTELES: 2003, p.35). Essa confiança pode ser percebida no propósito de Barcellos ao delimitar a abrangência do Banco de Dados: só terá fim "no dia em que os PMs deixarem de matar" (BARCELLOS, 2003: p.88).

Quando o jornalista-escritor não coloca limites na realização de seu trabalho evidencia sua confiança, sua certeza de que as denúncias feitas por ele vão surtir resultados. Ou seja: a PM – a partir do momento que as denúncias são tornadas públicas – deixará de ser a "polícia que mata", não mais incentivará o "extermínio" de cidadãos (sejam eles criminosos ou não) e passará a punir os "policiais-matadores"; a imprensa, em geral, deixará de vestir a farda e passará também a denunciar, a estar do lado da maioria; a sociedade, que após o livro não mais poderá negar desconhecimento, deixará de ser omissa e passará a exigir mudanças.

Mesmo que os resultados expostos acima (que são somente esperados) não se concretizem e fiquem apenas no nível das expectativas, ainda assim o trabalho a que se propôs Barcellos estará concluído. Afinal, sua função enquanto jornalista estará cumprida. Afinal, a denúncia foi feita e as informações que poderiam fazer a sociedade pedir mudanças estão nas 350 páginas de *Rota 66*.

O que justificaria, acredito – a partir das marcas lingüísticas – o livro-reportagem terminar num tom de dever cumprido. Afinal, depois de sete anos de pesquisa e investigação, Barcellos consegue – a partir de seu trabalho – evitar a morte de dois menores, um branco e um negro, moradores da favela de Heliópolis, a segunda maior de São Paulo.

De acordo com o relato do jornalista-escritor, ele e os outros três companheiros da equipe de reportagem da TV Globo se dirigiam para a região do ABC paulista, onde fariam uma matéria para o *Jornal Nacional*, quando avistaram os helicópteros das Polícias Civil e Militar sobrevoando a favela. Decidiram, então, acompanhar o trabalho dos policiais.

Na favela, presenciaram e gravaram cenas de violência contra dois garotos. Quando os policiais deixam o local com os menores no camburão, a equipe de reportagem segue para a Delegacia da Polícia Civil que é o lugar para onde, por lei, os detidos devem ser encaminhados. Depois de meia hora de espera, eles decidem voltar a favela e, lá, os moradores agitados dizem que os meninos foram levados para o posto da Polícia Militar. Na PM, a equipe de reportagem consegue registrar mais agressões aos menores. Os policiais só param de bater nos garotos quando percebem que estão sendo filmados.

Horas mais tarde, as imagens das agressões aos dois menores foram transmitidas para todo o país pelo *Jornal Nacional*. E divulgadas ao mundo, meses após, por meio de um relatório da Anistia Internacional. Vinte e quatro horas depois da denúncia, por ordem do comandante-geral da Polícia Militar, três dos PMs acusados foram expulsos da corporação. Fora as cenas de horror que presenciamos, lembrar o dia 20 de novembro de 1986 me deixa especialmente feliz ao acabar de escrever este livro. Naquele dia, acreditamos ter evitado registrar os nomes de duas vítimas em nosso Banco de Dados.

Ao evitar essas duas mortes e denunciar as situações em que os PMS matam – ou seja, não atiram, como dizem, para se defender e, também, não disparam suas armas somente contra criminosos perigosos, como também afirmam – o jornalista-escritor cumpriu, a partir de sua perspectiva, seu dever. E, assim, depois de ter conquistado a benevolência de seu leitor e ter re-afirmado inúmeras vezes seu *ethos*, baseado na indignação e na compaixão, ele deixa subentendido que é seu auditório – depois de 350 páginas, também indignado e compadecido – que deve exigir mudanças. Em outras palavras, movido pela indignação e pela compaixão, o jornalista-escritor investiga e denuncia confiante de que a indignação e a compaixão suscitadas no leitor sejam o caminho para a transformação.

INTERLOCUTORES

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 3.ed. Brasília: Editora da UnB, 1992.

_____. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

_____. *A retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66 – a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

⁹ A confiança como terceira paixão constituinte do *ethos* de Barcellos em *Rota 66* foi citada no início da análise. Porém, somente a partir daqui esse sentimento é desenvolvido.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. Linguagem, meios de comunicação e cidadania. In: InPLa – Intercâmbio de Pesquisas em Lingüística Aplicada. *Caderno de resumos do 14º InPla*. São Paulo: LAEL – PUC/SP, 2004, v.1, p.1-1.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso – Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.61-162.

SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de Filosofia II – ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1993.